



Número: **0800086-54.2019.8.15.0041**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Alagoa Nova**

Última distribuição : **15/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOANDERSON VIEIRA DA COSTA (AUTOR)		ISRAEL DE SOUZA FARIAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
19258614	15/02/2019 22:10	Petição Inicial	Petição Inicial
19258618	15/02/2019 22:10	DOCUMENTOS	Outros Documentos
19258620	15/02/2019 22:10	GUIA CUSTAS	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
19258621	15/02/2019 22:10	NEGATIVA	Outros Documentos
19258622	15/02/2019 22:10	PRONTUÁRIO	Outros Documentos
19611044	08/03/2019 11:55	Despacho	Despacho
30033865	21/04/2020 14:05	Expediente	Expediente
30033872	21/04/2020 14:07	Expediente	Expediente

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara Única da Comarca De Alagoa Nova – PB

JOANDERSON VIEIRA DA COSTA, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da cédula de identidade nº 4.255.875 SSP/PB, inscrito no cadastro de pessoa física do Ministério da Fazenda sob o nº 125.939.504-98, residente e domiciliada no Sítio Juá de Cima, s/n, área rural, Alagoa Nova/PB, por seu advogado legalmente constituído, conforme procuração em anexo, vem, muito respeitosamente à presença de Vossa Excelência, propor

AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT c/c REPARAÇÃO DE DANOS

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DE SEGUROS- DPVAT, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro-RJ, CEP-20.031.205, CNPJ: 09.248.608/0001-04, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

1. 1. DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, faz-se necessário pedir o deferimento referente ao benefício da assistência judiciária gratuita, por se tratar a parte de pessoa carente de recursos financeiros para custear a demanda processual, nos moldes do artigo 98 do NCPC. Portanto, para que a Promovente goze do direito da assistência judiciária gratuita que ora lhe assiste, basta o requerimento formulado junto à exordial, ficando a cargo da parte adversa o ônus de provar que o alegado em juízo pelo autor da demanda não corresponde à verdade.

2. DOS FATOS

O autor foi vítima de acidente automobilístico em via terrestre no dia 29 de Janeiro de 2017, aproximadamente às 20h30min, conduzia seu veículo tipo motocicleta e ao passar por uma estrada vicinal do Sítio Serra Grande, próximo a casa de “MARCELO”, na cidade de Alagoa Nova/PB, quando colidiu com frontalmente com uma árvore devido ao farol de sua moto se apagar, ficando sem visibilidade, sofrendo ferimentos graves.

Conforme Certidão de Ocorrência Policial fornecida pela Delegacia de Polícia Civil de Alagoa Nova-PB, a vítima conduzia o veículo HONDA/CG 150 FAN ESI, cor vermelha, ano/modelo 2013/2013, placa NQA-2082/PB, CHASSI 9C2KC1670DR019874, licenciada em nome de Joelson Severino de Melo.

Após o acidente, o autor foi conduzido para o Hospital Municipal de Alagoa Nova – PB e devido as gravidades dos ferimentos foi encaminhado para o Hospital Regional de Emergência e Trauma de Campina Grande/PB, onde após o atendimento médico foi constatado que o mesmo sofreu



FRATURA NA CLAVÍCULA ESQUERDA, onde foi submetido a tratamento cirúrgico. O requerente foi submetido à intervenção cirúrgica devido FRATURA NA CLAVÍCULA ESQUERDA. Cujo procedimento cirúrgico comprometeu a funções dos respectivos membros inferiores direito.

3. DO DIREITO

O Seguro DPVAT é disciplinado pela Lei nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que assegura o recebimento de indenização às vítimas de acidente de trânsito nos casos de morte, invalidez permanente, e/ou para as vítimas que recebam cuidados médicos e gastos com medicamentos.

Segue abaixo o teor do art. 3º da Lei nº 6.194/74:

“Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementar, nos valores e conforme as regras que seguem, por pessoa vitimada”.

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte;
II – até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente; e
III – até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais como reembolso a vítima no caso de despesas de assistências médicas e suplementares devidamente comprovadas).

De acordo com o artigo supratranscrito, a lei assegura o direito de receber a título de indenização como prêmio desse seguro o valor mencionado conforme o tipo de dano suportado pelo acidentado e neste sentido deve a seguradora ser condenada a indenizá-la pelo seguro obrigatório.

Dispõe a Lei 6.194/74, que o valor referente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir o que reza no Art. 3º da referida lei que dispõe sobre o quantum deverá ser pago em caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou invalido deverá receber o valor total da indenização, e não o pagamento parcial e o art. 5º da Lei nº 6.194/94 é extremamente claro ao elencar a possibilidade de indenização.

Segue abaixo o teor do referido art. 5º da Lei nº 6.194/94:

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. ”

É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP.

Assim estabelece o presente julgado:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO IRRELEVANTE. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso tornar se a imposição – de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ – MA em 06/07/01).

Tornando desta forma inviável qualquer tipo de alegação da parte promovida de que não seja responsável ao pagamento da indenização do seguro obrigatório devido ao promovente, ocasionado por acidente de veículo que resultou em sua invalidez permanente.



Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

Insta salientar que o autor deu entrada administrativamente junto à Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, tendo seu pedido NEGADO, razão pela qual está requerendo via judicial.

DOS JUROS MORATORIOS

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aplicou o entendimento, já consolidado na Súmula 54, de que os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.

Acontece que o valor da indenização decorrente do DPVAT, não pode ficar a critério da demandada, visto que, se existe uma norma que regula os valores da indenização estas devem ser respeitadas.

DA PERÍCIA

Como meio de provar todo o alegado, a requerente fica a disposição para submeter – se aos testes necessários para a devida comprovação da sua invalidez permanente decorrente do acidente de veículo. Deste modo, recorremos ao Poder Judiciário com a esperança de resolução desta causa.

Importante salientar que se tem um convênio 15/2014 firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LÍDER em relação a perícia médica.

4. DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil c/c os Art. 3º e 5º da Lei 6.196/74 a total procedência da presente ação bem como:

1. Defira a assistência judiciária gratuita, nos termos do artigo 98 do NCPC, por não dispor o autor de recursos suficientes para o custeio deste processo, sem que seja comprometido o seu sustento, bem como o de sua família;

2. Para que, no prazo legal, apresente, se entender, a contestação, sob pena de revelia;

3. Atendendo ao disposto no artigo [319](#), inciso [VII](#) do [NCPC](#), o autor **informa que não possui interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação**

4. Protesta e requer o deferimento de produção de todas as provas admitidas em juízo, notadamente de provas testemunhais que serão arroladas em momento oportuno e comparecerão a audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação e, em especial, a produção de prova pericial a ser operada pelo Instituto de Medicina Legal ou equiparado, observando-se ainda o convênio 15/2014 firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LÍDER.

5. NO MÉRITO, após exaurido o devido processo legal e comprovado por prova pericial a



debilidade do autor, incline-se em JULGAR PROCEDENTE o pleito para condenar a Seguradora Líder ao pagamento do Seguro Obrigatório do DPVAT no valor de **R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**, ou por parâmetro da debilidade comprovada pela perícia médica (STF. ARE 704.520/RG), tudo por ser medida de acerto e de distribuição de justiça;

6. Nos termos do art. 85 § 2º DO NCPC, com estrita, arbitre os honorários advocatícios devidos ao causídico, em valor condizente ao trabalho realizado e sobre total da condenação.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**,
Nestes termos, pede deferimento.
Alagoa Nova – PB, 15/02/2019.

ISRAEL DE SOUZA FARIAS
OAB/PB nº 25.670

QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, Para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE: _____.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____ / ____ / ____, por volta das _____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA (), de que forma?

3) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE SEQÜELAS PERMANENTES, QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS): _____

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS ? :

5) SE A INVALIDEZ OU DEBILIDADE DO AUTOR É EM GRAU - MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE ? :



Sem mais, em ____/____/____.

(assinatura – carimbo – CRM)





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
12ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE ALAGOA NOVA/PB



- CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL -


VERSANDO SOBRE: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

CERTIFICO, em razão do meu Ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial o Livro de Registro de Ocorrências nº **001/2017**, nele encontrei às folhas nº **093** o registro nº **093/17**, cujo teor agora passa a transcrever na íntegra: Aos dias **13** do mês de **MARÇO** do ano de **2017**, nesta cidade de Alagoa Nova/PB, Estado da Paraíba e na Delegacia de Polícia Civil onde se achava presente a Bel MALON CASIMIRO DE ALBUQUERQUE, Delegado de Polícia Civil, comigo Escrivão do seu cargo no final assinado e declarado, por volta das **09:55** horas, **COMPARECEU: JOANDERSON VIEIRA DA COSTA**, 20 anos, BRASILEIRO, SOLTEIRO, natural de ALAGOA NOVA/PB, RG Nº 4.255.875 SSP/PB, filho de JOSÉ VIEIRA DA COSTA e de MARIA JOSÉ DA SILVA, na residente NO SÍTIO SERRA GRANDE (PRÓX. A ADRIANO BARBANTE), ALAGOA NOVA/PB, FONE: **9 8114-7030**. NOTIFICOU QUE: NO DIA 29/01/2017, POR VOLTA DAS 20:30 O NOTICIANTE TRAFEGAVA COM SUA MOTO PELO SÍTIO SERRA GRANDE, E AO PASSAR PERTO DA RESIDÊNCIA DE MARCELO, O COMUNICANTE COLIDIU FRONTALMENTE CONTRA UMA ÁRVORE; QUE A COLISÃO SÓ OCORREU PELO FATO DOS FARÓIS APAGAREM, FICANDO SEM VISIBILIDADE; QUE DEVIDO AOS FERIMENTOS, FOI SOCORRIDO POR UMA EQUIPE DO SAMU, A QUAL LHE ENCAMINHOU PARA O HOSPITAL TRAUMA EM CAMPINA GRANDE, CONSTATANDO-SE FRATURA DE CLAVÍCULA; QUE FICOU INTERNADO POR CERCA DE DOIS DIAS; QUE A MOTO ENVOLVIDA NO ACIDENTE TRATA-SE DE UMA HONDA/CG 150 FAN ESI, PLACA NQA 2082/PB, ANO: 2013/2013, COR VERMELHA, CHASSI Nº9C2KC1670DR019874, REGISTRADA EM NOME DE JOELSON SEVERINO DE MELO; QUE CITA COMO TESTEMUNHAS DO SINISTRO AS PESSOAS DE: 1ª) ADRIANO SEVERINO SOUSA, RESIDENTE NO SÍTIO SERRA GRANDE, ALAGOA NOVA/PB E 2ª) ERIEL VIEIRA DINIZ, RESIDENTE NO SÍTIO JUÁ, ALAGOA NOVA/PB. Nada mais havendo a relatar, ciente o(a) requerente das implicações contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado, expeço a referida Certidão. O referido é verdade e dou fé.

Alagoa Nova/PB, 13 de **MARÇO** de 2017.

NOTIFICANTE:

Joanderson Vieira da Costa


SAULO RAMOS SILVA
Escrivão de Polícia Civil
Mat.: 168.434-5



JOSE VIEIRA DA COSTA
SIT JUA DE CIMA, S/N - AREA RURAL
ALAGOANOVA/PB CEP: 58125000 (AG: 71)

Emissão: 25/04/2018 Referência: Abr/2018
Classe/Subcl: RESIDENCIAL/BAIXA RENDA MONOFASICO
Roteiro: 15 - 77 - 640 - 1490 Nº medidor: 00006718542

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-880
CNPJ 09 096 183/0001-40 Ins. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 006 630 076
Cód. para Dth. Automático: 00012132981

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a Apresentação Data prevista da próxima leitura CPF/CNPJ/ RANI
Abr / 2018 25/04/2018 25/05/2018 79823688400
Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/1213298-1

Canal de contato

Declaração de Quitação Anual de Débitos.
Conforme previsto na Lei 12.007 de 29 de julho de 2009, informamos a quitação dos débitos referentes aos faturamentos regulares de energia elétrica desta unidade consumidora vencidos no ano de 2017 e nos anos anteriores. Esta declaração substitui, para a comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as quitações dos faturamentos mensais dos débitos do ano a que se refere, e dos anos anteriores.
- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
Viu um fio caído no chão? Não toque ou se aproxime. Ligue imediatamente para a Energisa e peça auxílio para isolar o local.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
26/03/18	1619	25/04/18	1660	1	41	30
Demonstrativo						
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa cl	Valor Base Calc	Aliq	ICMS(R\$)
				Base Calc	Pis(R\$)	Cofins(R\$)
				Pis/Cofins(R\$)	(0,9161%) (4,2136%)	
0601	Consumo até 30kWh-BR	30,000	0,178670	5,36	0,00	0
0601	Consumo - 31 a 100kWh-BR	11,000	0,308300	3,36	0,00	0
0610	Subsídio			12,84	0,00	0
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS						
0607	CONTRIBUIÇÃO ILUM PUBLICA			0,25	0,00	0
0604	JUROS DE MORA 03/2018			0,05	0,00	0
0605	MULTA 03/2018			0,17	0,00	0
0999	CREDITO A COMPENSAR (-) 04/2018			-9,83	0,00	0
0906	Devolução Subsídio			-12,00	0,00	0

CCI Código de Classificação do Item TOTAL 0,00 0,00 0,00 21,36 0,19 0,90

Média últimos meses (kWh) 37
VENCIMENTO 03/05/2018
TOTAL A PAGAR R\$ 0,00

Histórico de Consumo (kWh)
37 | 32 | 36 | 26 | 42 | 36 | 39 | 42 | 37 | 38 | 40 | 39
Abr/17 Mai/17 Jun/17 Jul/17 Ago/17 Set/17 Out/17 Nov/17 Dez/17 Jan/18 Fev/18 Mar/18

RESERVADO AO FISCO
ec73.4ef7.28fd.216e.8c0e.0747.63c6.f5ef.

Indicadores de Qualidade 2/2018 - Esperança

Limites da ANEEL		Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	11,74	0,00	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	23,48		
DIC ANUAL	46,96		
FIC MENSAL	7,74	0,00	CONTRATADA 202
FIC TRIMESTRAL	15,49		LIMITE INFERIOR 231
FIC ANUAL	30,99		
DMIC	6,49	0,00	
DICRI	18,80		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia/PB	3,18	32,15
Compra de Energia	3,74	38,05
Serviço de Transmissão	0,49	4,88
Encargos Setoriais	0,99	9,95
Impostos Diretos e Encargos	1,58	15,87
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	9,83	100,00

Valor do EUSO (Ref 2/2018) R\$ 4,19

ATENÇÃO
- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$12,00

Faturas em atraso

VENCIMENTO 03/05/2018
TOTAL A PAGAR R\$ 0,00

CARTÃO AUTENTICAR

Mostrando o valor de R\$ 9,83



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
P-022



Jo Anderson Vieira da Costa
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.255.875 DATA DE EXPEDIÇÃO 09/06/2014

NOME JOANDERSON VIEIRA DA COSTA

FILIAÇÃO JOSÉ VIEIRA DA COSTA
MARIA JOSÉ DA SILVA

NATURALIDADE ALAGOA NOVA-PB DATA DE NASCIMENTO 26/12/1996

DOC ORIGEM NASC.N. 22582 FLS. 28 LIV. A 25
CARTÓRIO ALAGOA NOVA-PB

CPF 125.939.504-98

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
125.939.504-98

Nome
JOANDERSON VIEIRA DA COSTA

Nascimento
26/12/1996

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
8666.8A68.4766.AFC2

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 09:52:41 do dia 29/03/2014 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00



Nome: JOANDERSON VIEIRA DA COSTA

ID: 0003936322

Médico: Dr(a)

Data: 16/03/2017

Exame: RX CLAVICULA ESQUERDA

0070524753

Densidade óssea normal.

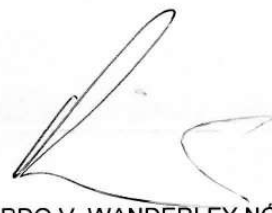
Fratura comunitiva do terço médio da clavícula esquerda, com pequeno cavalgamento ósseo, em fase de consolidação.

Leve alargamento do espaço articular acromioclavicular.

Articulação escapuloumeral preservada.

Não há anormalidades nas partes moles visíveis aos raios-X.

hv



Dr. RICARDO V. WANDERLEY NÓBREGA
RADIOLOGISTA
CRM 1041

UNIDADE I

Rua Capitão João Alves de Lira, 742 • Prata
Fone (83) 3310 3000

UNIDADE II

Av. Floriano Peixoto, 804 • Centro
Fone (83) 3315 7000

UNIDADE III

Clínica Santa Clara
Fone (83) 3310 3000

www.clinicadrwanderley.com.br





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES	
DETRAN - PB CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO	
VIA - CÓD. RENAVAM 2018017981 - EXERCÍCIO: 2018	
1 0052436628-4 00/00000000 2018	
NOME: JOELSON SEVERINO DE MELO	
CPF / CNPJ: 11683220498	PLACA: NQA2082/PB
PLACA ANT. / UF: NOVO PB	CHASSI: 9C2KC1670DR019874
ESPECIE TIPO: PAS / MOTOCICLE / NAO APLIC	COMBUSTIVEL: ALCO / GASOL
MARCA / MODELO: HONDA CG 150 FAN ESI	ANO FAB. / ANO MOD.: 2013 / 2013
CAP. / POT. / CIL: 2 P / 149 / CI	CATEGORIA: PARTIC
COR PREDOMINANTE: VERMELHA	VENC. / COTAS: 1º 00/00/0000 2º 3º
COTA ÚNICA: 00/00/0000	FAIXA LPVA: 0
PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$): 00000000	PARCELAMENTO / COTAS: 0
PRÊMIO TOTAL (R\$): 00000000	DATA DE PAGAMENTO: 31/01/2018
SEM RESERVA DE DOMÍNIO OBRIGATORIO	
NÃO VÁLIDO PARA TRANSFERÊNCIA	
ALAGOA NOVA - PB	DATA: 31/01/2018
41947	16128

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT	
PB Nº 013929306920 BILHETE DE SEGURO DPVAT	
ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA www.seguradoralider.com.br SAC DPVAT 0800 022 1204	
VIA: 1	CPF / CNPJ: 11683220498
PLACA: NQA2082/PB	EXERCÍCIO: 2018 DATA EMISSÃO: 31/01/2018
RENAVAM: 00524366284	MARCA / MODELO: HONDA / CG 150 FAN ESI
ANO FAB.: 2013	Nº CHASSI: 9C2KC1670DR019874
CAT. TAB.: 9	PRÊMIO TARIFÁRIO: FNS (R\$) ***** DENATRAM (R\$) ***** CUSTO DO SEGURO (R\$) *****
PRÊMIO TARIFÁRIO: CUSTO DO BILHETE (R\$) *****	DOF (R\$): SEGURO
PAGAMENTO: [] COTA ÚNICA [S]	DATA DE QUITAÇÃO: 31/01/2018
SEGURADORA LÍDER - DPVAT CNPJ 09.248.608/0001-04	
16128-1327137-20180131	




ATESTADO MÉDICO

ATESTO que Jeanderson Vieira da Costa

foi atendido (às) hoje, às 23:53h (23/01/17)
horas, necessitando de 30 dias (trinta dias)
dias de afastamento do trabalho, à partir desta data.

DIAGNÓSTICO CID S420

Campina Grande, 30/01/17



Rodolfo Coimbra Batista
Ortopedista / Traumatologista
CRM 6819 TEOT 13403


Assinatura do Médico - CRM N°

End.: AV. Floriano Peixoto, 4700 - CEP 58432-809 - Malvinas - Campina Grande - PB

MOD. 004





		Sistema Único de Saúde	Ministério da Saúde	ESTADO DA PARAIBA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA NOVA SECRETARIA DE SAÚDE	NATUREZA DA CONSULTA	
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL					Consulta Básica:	Consulta Especializada:
UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO (UPS):					PROCEDIMENTO	
Código da Unidade: 2591863					Assinatura em anexo	
Nome: UNIDADE MISTA DE ALAGOA NOVA						
Endereço AV. SÃO SEBASTIÃO, S/N						
Município: ALAGOA NOVA						
UF: PB						
DADOS DO PACIENTE						
Nome: JOAQUIM VILVA DA COSTA SEXO: M D.N: 26/07/1966						
Mãe: MARIA JOSÉ DA SILVA						
Profissão: Agricultor Documento: 7000068627503						
Endereço: R. SERRA GRANDE						
Município: MISTO NOVA						
Data do Atendimento: 29/01/17 UF: PB CEP: Código do Município:						
ANAMNESE/E EXAME FÍSICO SUMÁRIO:						
Paciente em tratamento de hipertensão arterial, com uso de captopril. Apresenta queixa de dor no peito e falta de ar. Exame físico: normal. Ausculta pulmonar: normal. Sinais vitais: estáveis. Exames realizados na unidade: ECG, perfil lipídico, glicemia de jejum, hemograma completo e creatinina. Resultados: ECG normal, colesterol total 180 mg/dL, glicemia 95 mg/dL, hemograma dentro da normalidade, creatinina 0,8 mg/dL. Tratamento: captopril 25mg, 1x ao dia. Acompanhamento em 30 dias.						
EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE						
RESULTADOS:						
MATERIAIS / MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS:						
1. 500mg de captopril, 30 dias						
2. Glicose de jejum, 03 dias, 95 mg/dL						
3. Hemograma completo, 03 dias, dentro da normalidade						
4.						
5.						
DIAGNÓSTICO / CID						
Hipertensão arterial						
ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL					ASSINATURA E CARIMBO DO REVISOR TÉCNICO	
Assinatura do Profissional Assistente					Assinatura e Carimbo do Revisor Técnico	
Assinatura do Paciente / Acompanhante ou Responsável					Assinatura e Carimbo do Revisor Administrativo	
Assinatura do Polegar Direito					Assinatura e Carimbo do Revisor Administrativo	

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: Joanderson Vieira da Costa, Nacionalidade: brasileiro Est.
Civil: solteiro Profissão: Agricultor Identidade:
3406239 CPF: 08281712409 Endereço:
Sítio Serra Green Al, S/n - Área Rural - Alagoa
Nova - PB - Cep: 58125000.

Outorgado: **ISRAEL DE SOUZA FARIAS**, brasileiro, casado, Advogado, inscrito na OAB/PB sob nº 25.670, com escritório profissional na Rua Manoel Araújo, nº 70, Centro, Alagoa Nova-PB, CEP: 58125.000, Endereço Eletrônico: israelariasadv@gmail.com, fone: (83) 98116.7741, (83) 99631.8671;

Pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado supra, a quem confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia", conforme art. 38 parte final do CPC, **COM FIM ESPECIAL DE ENTRAR NA JUSTIÇA COMUM COM AÇÃO DE COBRANÇA PARA FINS DE RECEBIMENTO DO SEGURO DPVAT**. Podendo o outorgado, confessar, assinar, desistir, propor acordo, receber intimações, dar quitações, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar, apresentar recurso e contra razões, e ainda requerer seguro de vida, junto bem como, subestabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo e acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado ainda o outorgante, para fins dos dispostos dos artigos 447 e 448 do Código de Processo Civil, podendo finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato. **Os honorários advocatícios, em não havendo contrato que os regule, serão pagos a base de 30% (trinta por cento), sobre o valor da condenação final, apurado em liquidação de sentença, sem prejuízo dos honorários de sucumbências, conforme aqui pactos através do presente Instrumento.**

Alagoa Nova - PB /PB, 31 / 01 /2019.

Joanderson Vieira da Costa
OUTORGANTE

*Isento de reconhecimento de Firma, em face da Lei 8.952 de 13/12/1994, que dá nova redação ao artigo 38 do CPC.



Guia de Custas - 004.2019.600089

Dados Gerais

Tipo da Guia:	Data de Emissão:	Data de Vencimento:	Situação:
Custas Prévias	16/02/2019	28/02/2019	Pendente
Comarca:	Classe Processual:	Valor da Causa:	
Alagoa Nova	PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7	R\$ 9.450,00	
Promovente:	Promovido:		
JOANDERSON VIEIRA DA COSTA	SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIO DE SEGUROS - DPVAT		

Informações Específicas

Fazenda Pública é Autora:
Não

i Esses valores em reais são baseados no valor da UFR no momento da solicitação da Guia. Caso ela tenha sido parcelada, os valores das parcelas serão alterados de acordo com o valor da UFR.

Detalhamento dos Valores

Receita	Valor Total	Desconto	Valor Final
Custas Judiciais 1º Grau	R\$ 494,10 (10 UFR)	--	R\$ 494,10 (10 UFR)
Taxa Judiciária	R\$ 141,75 (2,86885 UFR)	--	R\$ 141,75 (2,86885 UFR)
Total			R\$ 635,85 (12,86885 UFR)





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 21 de Dezembro de 2018

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3180595033

Vítima: JOANDERSON VIEIRA DA COSTA

Data do Acidente: 29/01/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: ISRAEL DE SOUZA FARIAS

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), JOANDERSON VIEIRA DA COSTA

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Documentação médico-hospitalar

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00509/00510 - carta_03 - INVALIDEZ

00050255



Carta nº 13745996



EXAME SECUNDÁRIO / PARECER MÉDICO

BNF = 30 de Janeiro de 2017 - 05:22 h

Paciente víctima de accidente de ~~carretera~~
meteciclistico, consciente, orientado.

Ao exame físico paciente apresentando
 edema em região infra-orbitária esquerda
 e escoriações em tórax medial. Paciente me-
 nemente com edema cervical, aguarda
 liberação do mesmo.

CD = Odoctite rx de pce (após a remoção de edas extrínscas).

Q Realização de exame físico e radiográfico

7:30 30/02/17 Lingzi Qian

Dr. Thibaudo Maria Moia
Cirurgião Bucal

30/05/17 single spec
particulate matter benzo(a)pyrene
benzene, naphthalene, mussels, di-nitro, mfg products, low-dose, spilled,
then particles water-soluble

Dr. Gillingham, 80-9B, Central, Cambridge, Cambs.

Vtg Fast - 8pm
 Above - Depelvet
 Indicon, 51 mg
 NHA ①, Sem
 100 mg penty
 Atv. round 4:30pm
 AR. round Fri 11pm.
 22/10/2000

no money, few Indians to

DESTINO DO PACIENTE ____/____/____ às ____:____ hs. *PA, KA, PO e sangue*

() Centro cirúrgico _____

() Internação (setor) _____

() Decisão Médica _____

() Obito

() Transferência a outro SETOR ou HOSPITAL _____

Ass. do paciente ou responsável (quando necessário)

8/projetohctg/impreurgencia.php?contar=1374614

Dr. Alfredo Domínguez
Neuro Cirujía
CREMEB/24307

2d - 2d 8m

Emmy/9-

272 sh br. - 6/10/10

Aug 13, 1924, 6 am

#9 CR sgs underneath center

11072 - 30/11/77

SERVIÇOS REALIZADOS:

CÓDIGO/PROCEDIMENTO

CBO

IDADE

Flávio Daniel
MÉDICO
CIRURGIAGERAL
CRM/SP - 9549

Dr. S. H. D. V.

Ficha de Acolhimento

Nome:	Ferdinando Luiz de Castro		
End:	R. São João Grande		Bairro: Alagoas Novas
Data de Nascimento:	25.12.96	Documento de Identificação:	
Queixa:	Quedante	Data do Atend.: 29.01.14	Hora: 23:53
Acidente de trabalho?	() Sim	(2) Não	Documento:

Classificação de Risco

Nível de consciência:	() Bom	() Regular	() Baixo	Aspecto:	() Calmo	() Fâceis de dor	() Gemente
Frequência respiratória:							
Pressão arterial:							
Dosagem de HGT:							
Deambulação:	() Livre	() Cadeira de rodas	() Maca	Temperatura axilar:			
				Mucosas:	() Normocorada	() Pálida	

Estratificação

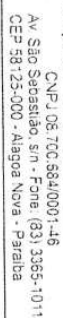
(X) Vermelho - atendimento imediato
() Verde - atendimento até 4 horas

() Amarelo - atendimento até 1 hora
() Azul - atendimento ambulatorial

Assinatura e carimbo do profissional

MOD. 110





PREFEITURA DE ALAGOA NOVA

Secretaria Municipal de Saúde
Hospital Sofia de Castro Costa

CNPJ 08.700.684/0001-46
Av São Sebastião, s/n - Fone: (83) 3365-1011
CEP 58125-000 - Alagoa Nova - Paraíba

Paciente

Endereço:

Tuckermans o petit
 Cost, 80 ans son
 histoire de guerre
 de nos jours me a
 ce pas. Mgr
 d'aujourd'hui et de
 l'avenir et de
 en M. S. E. M. S. E.

- All: none,
- RR: MV0 or BHT, A/MO;
- Able: none, duplicated,
- Victor: KHA0



Secretaria Municipal de
Saúde



Sister
Único

Fragmentar: Edição para





Ext: de farmácia e
em anexo @,
- SNC: Oesper 15,
conivert, oxetol,
alcoobolico.

#55w: PC: 70bpm
PA: 120x80mmHg
Satur: 98% en c.c.
Pr: 141/mr - HGT: 100

#40: Polífrano.

#100: 5x5, 9x100mm, 0.5,

Quarta,

Dra. Lídia Brandeira
CRM: 22435 / RSM: 19.10.23

29/01/17



PACIENTE:	JOANDERSON VIEIRA DA COSTA
DATA DO EXAME:	29/01/2017

ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOME TOTAL – “FAST”

METODOLOGIA:

Exame realizado em modo bidimensional com equipamento dinâmico na frequência de 4,0 MHz.

ANÁLISE:

Não identificamos sinais de líquido livre intra-abdominal, derrame pleural ou pericárdico no presente estudo.

Ausência de lesões ecográficas relacionadas ao trauma no fígado, baço, pâncreas, rins e bexiga identificáveis ao método.

Observação: Ressaltamos a baixa sensibilidade da ultrassonografia na detecção de lesões em órgãos sólidos e vísceras ocas, não havendo critérios ecográficos seguros para indicação de alta hospitalar baseando-se apenas no resultado negativo da ultrassonografia.

Segundo orientação do Colégio Americano de Radiologia, pacientes com USG FAST negativo devem permanecer em observação intrahospitalar.


Observação: Salientamos ainda que o método considerado padrão-ouro para avaliação de pacientes vítimas de trauma abdominal fechado, estáveis hemodinamicamente, é a tomografia computadorizada de abdômen com contraste, ficando a necessidade de sua solicitação a cargo do médico assistente.

Dr. José Roberto Maia Junior
Médico Radiologista – Membro Titular do CBR
CRM/PB 6101



NOME:	N.º PRONTUÁRIO	
Scanderson Vieira.		
UTI	ENF.	LEITO

Notas sobre a Evolução da Doença, Complicações, Consultas, Mudança de Diagnóstico, condições ao ser dada Alta, instruções ao Paciente devendo toda anotação ser assinada pelo profissional que a fez.

Data	EVOLUÇÃO	Rubrica
30/01/17	Neur: Paciente evolui clinicamente bem, estável, sem intercorrências clínicas. Colapso 15, sem déficit neurol. Pupila iso/foto(+). TC Col cervical: Ausência de fratura e/ou lútese. CD: Observação Neurológica e clamar, se necessário. <u>Alta da neurocirurgia.</u>	
	 Carlos Cato CRM 7742.	
30/01/17	Ortopedia Paciente vítima de acidente de moto refere dor no punho e ombro (+). Rx: Fratura de clavícula. CD Ombro, "8", ambulatório AINH <u>Alta do ortopedio</u>	
	Rodolfo Coimbra Batista Ortopedista/Traumatologista CRM 6819 TEOT 13403	
30/01/17	# BNF # Paciente não apresenta sinais de fratura clinicamente e os exames tomográficos; não dor ou comprometimento articular ou de movimentos <u>proprioceptivos</u> . CD: Alta da BNF	
	Dr. Daniel Antônio de Araújo Cirurgião/B, MAXILO FACIAL CRO - PB. 1.026	

MOD. 007



R. H.

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade requerida.

Nos termos do art. 334, do Novo Código de Processo Civil, agende-se audiência de conciliação.

Cite-se o réu para audiência designada com o prazo mínimo de 20 (vinte) dias de antecedência.

Intime-se a parte autora, através de seu advogado.

O réu poderá apresentar contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data da audiência de conciliação.

Cumpra-se.

Juiz de Direito

Data e assinatura digital.



Intime-se o advogado do autor da audiência de conciliação designada para o dia 03/09/2020, pelas 11h.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE ALAGOA NOVA
Juízo do(a) Vara Única de Alagoa Nova
Avenida Presidente João Pessoa, 168, Centro, ALAGOA NOVA - PB - CEP: 58125-000
Tel.: () ; e-mail:
Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.1.00

EXPEDIENTE DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVIDA PARA AUDIÊNCIA

Nº DO PROCESSO: 0800086-54.2019.8.15.0041

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Acidente de Trânsito]

AUTOR: JOANDERSON VIEIRA DA COSTA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). ERONILDO JOSE PEREIRA, MM Juiz(a) de Direito deste Vara Única de Alagoa Nova, fica(m) **CITADA(s) a(s) parte(s) REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., através de seu(s) advogado(s) cadastrado(s) no PJE**, abaixo indicado(s), por todos os atos do processo acima mencionado, ficando ainda **INTIMADA(s)** para comparecer(em) neste juízo, no endereço supra, à **AUDIÊNCIA** designada: **Tipo: Conciliação Sala: Sala de Audiência Data: 03/09/2020 Hora: 11:00.**

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006.

Observação: A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

ALAGOA NOVA-PB, em 21 de abril de 2020

De ordem, VILMA FERREIRA DA SILVA BRITO

Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXXXXXX

PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXXXXXX

